



Relatório Institucional de Atividades 2016

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
Arquidiocese de Fortaleza

Dezembro/2016

Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques
Presidente

Pe. Emílio José Castelo Ferreira
Diretor

Equipe Técnica

Ana Aline Furtado Soares
Ana Carolina Silva Onofre
Fernanda Calderaro da Silva
Fábio Callado Castelo Branco
Hamilton de Figueiredo Mendes
Isabella Feitosa Gonçalves
Kelanny Oliveira de Moraes
Keline de Freitas Costa Pessoa
Lucas Guerra Carvalho de Almeida
Marcelo Pimentel Abdala Costa
Maria de Lourdes Vieira Ferreira
Nailson Antônio Neo da Silva
Sidney Michel Andrade Lima

Estagiário

Péricles Martins Moreira

Equipe de Apoio

Arianny Rocha Correia
Caio Marcelo de Freitas
Cecília Barbosa Silva Ramos
Cristina Maria Cardoso Mendonça
Francisca Diana Maia da Costa
Francisco Alef Feitosa
Francivaldo Paixão Freire
José Carlos dos Santos Silva
Marcelo Procópio de Alcântara
Mario Adriano Ferreira de Freitas
Raoni Vieira Ferreira

Dados da Entidade

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza – CDPDH.

CNPJ: 00.276.802/0001-29.

Endereço: Av. Dom Manuel, 339 – Centro – 60060-090 – Fortaleza- CE

Histórico

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza/CDPDH, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária, de caráter pastoral, é constituído sob forma de associação que presta serviços permanentes e sem qualquer discriminação de raça, cor, etnia e sexo. Foi fundado em 1982, por decisão de Assembleia Pastoral da referida Arquidiocese. Essa decisão situa-se no contexto de trabalho das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs junto à população sem-teto de Fortaleza. O movimento popular encontrava-se em plena efervescência e havia, nesta cidade, muitas ocupações de terrenos públicos e privados que não cumpriam sua função social. Nesse contexto, as CEBs refletiram a necessidade de haver um apoio jurídico à população sem-teto, que resistia no seu direito à moradia, bem como às pessoas que sofriam violações nos seus direitos tanto individuais, como o direito a liberdade de expressão, quanto coletivos, como o direito à terra e à moradia.

Desse modo, organizou-se o CDPDH que, inicialmente, atuava de forma mais incisiva nas temáticas que envolviam conflitos fundiários e questões de moradia junto às populações urbanas. Posteriormente, a instituição passou a prestar assessoria jurídica em diversos casos de violação, como, por exemplo, casos de prisões ilegais de militantes, tortura, atos de violência contra homossexuais, dentre outras violações de Direitos Humanos.

O CDPDH tem como missão contribuir para a Promoção dos Direitos Humanos, em especial o direito à Terra e Moradia da população de baixa renda de Fortaleza e sua região metropolitana, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.

Nesta perspectiva missionária vinculada à preocupação com a terra, o CDPDH vem crescendo como referência na sociedade de Fortaleza, em especial no acompanhamento jurídico e socioeducativo dos povos indígenas, incluindo-se em importantes espaços de discussão, análises e propostas de políticas indigenistas no Estado do Ceará.

Finalidades Estatutárias

I - Assessoria política, técnica, administrativa e financeira aos movimentos sociais, organizações, grupo populares e de usuários, no fortalecimento de seu protagonismo e na capacitação para a intervenção nas esferas políticas, em particular na Política de Assistência Social; Sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas a serem incorporadas nas políticas públicas;

II - Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e à geração de renda

III - Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos/ãs sobre os seus direitos de cidadania, bem como dos gestores públicos, subsidiando os na formulação e avaliação de impactos da Política de Assistência Social;

IV - Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade;

V - Formação política-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares;

VI - Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente;

VII - Defender e promover a Ética, a Justiça, a Paz e a Cidadania conscientizando preferencialmente o pobre, o excluído dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana, no sentido de formar comunidades livres e solidárias;

VIII- Ser presença solidária junto aos Povos Indígenas, visando à preservação do seu direito à terra, a viver dignamente e despertar a sociedade para a identidade indígena afastando o preconceito e a discriminação;

IX- Defender o meio ambiente em todos os seus aspectos, exigindo, para tanto, a participação do poder público e conscientizando a coletividade do dever de preservá-la para as presentes e futuras gerações;

X- Assumir a defesa dos grupos comunitários oprimidos e injustiçados, atendendo aos problemas de Terra e Moradia em colaboração com outras instituições;

XI- Assessorar organizações comunitárias apoiando-as na construção de uma Sociedade Justa e Fraterna;

XII- Fomentar junto à Sociedade Civil Organizada proteção e amparo aos direitos e deveres às crianças e aos adolescentes carentes;

XIII- Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural a Grupos Indígenas, Quilombolas e Agricultores Familiares.

Apresentação

Este relatório apresenta as atividades do CDPDH, no ano 2016. Relata as ações dos projetos, as ações de articulação na sociedade e as ações internas institucionais, que incluem a capacitação da equipe, as reuniões com diretoria/conselho fiscal e, sobretudo, as ações de planejamentos e avaliações.

O relato se divide em 3 (três) pontos:

1. Projetos: Direito dos Índios: Desafios e enfrentamentos no processo de fortalecimento jurídico-político, Construindo Autonomia pelo Empreendedorismo Solidário, Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado do Ceará – PROVITA/CE, Programa de Proteção a Defensores/as de Direitos Humanos – PEPDDH.
2. Ações de Articulação e Controle na Sociedade em geral.
3. Ações Institucionais.

Todas essas ações constituem-se na efetivação do compromisso de nossa missão que é de contribuir para a promoção dos Direitos Humanos, em especial o direito a Terra e Moradia da população de baixa renda de Fortaleza e sua região metropolitana tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.

1. PROJETOS:

1.1 DIREITO DOS ÍNDIOS: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS NO PROCESSO DE FORTALECIMENTO JURÍDICO-POLÍTICO.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
1º Semestre Janeiro a Junho de 2016	Intercâmbio cultural indígena	Promover a troca de experiência entre a juventude indígena e as lideranças da comunidade visitada.	Vivência da história do povo Tapuya-Kariri e, troca de saberes contribuindo para o fortalecimento da identidade e tradição indígena.
	I Conferência Livre de Direitos Humanos dos Povos Indígenas do Ceará.	Discutir à cerca dos Direitos Humanos na dimensão dos povos indígenas e as demandas decorrentes de violações a esses direitos.	Elaboração de propostas a ser encaminhada à conferência estadual de direitos humanos e eleições de delegadas(os) para participarem da mesma.
	Reunião para discutir a construção do Orçamento Participativo da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará	Debater a respeito da construção do orçamento participativo da defensoria.	Viabilizar parceira da defensoria junto ao movimento indígena.
	Assinatura do Termo de Acordo para demarcação da terra indígena Tapeba.	Assinar termo de acordo para viabilização da demarcação da terra indígena Tapeba.	Comprometimento por parte do Ministério da Justiça, Governo do Estado do Ceará, Prefeitura Municipal de Caucaia e o espólio da família Arruda.
	V Conferência Estadual de Direitos Humanos	Discutir o cenário de violação e promoção de direitos humanos dentro do estado do Ceará.	Levantamento do cenário dos direitos humanos a nível de Ceará bem como, a eleição de delegadas(os) para participarem da conferência nacional de direitos humanos.
	Reunião de articulação para realização do seminário sobre segurança pública.	Discutir os mecanismos e à atuação dos organismos de segurança pública junto aos povos indígenas	Listamos as possíveis instituições a serem convidadas para a realização do seminário
Reunião com o presidente da FUNAI.	Avaliar a atuação da FUNAI junto aos povos indígenas do Ceará.	Comprometimento do Presidente em fortalecer a FUNAI tentando renovar e ampliar seu quadro de servidores bem como, a implementação CTL 4 para que possa atender as demandas do movimento.	

<p>Defesa das lideranças indígenas no Tribunal Regional da 5ª Região.</p> <p>Reunião com a Defensoria Pública do Estado do Ceará para discutir parâmetros de atendimento junto ao órgão.</p> <p>Festa do Marco Vivo</p> <p>Assembleia das Mulheres Tapeba</p> <p>Reunião do movimento indígena do Ceará com representantes da FUNAI em Brasília.</p> <p>Acampamento Terra Livre.</p> <p>Feira de artesanato indígena no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.</p> <p>Assembleia do Estado do Ceará homenageia povos indígenas do Ceará.</p> <p>Seminário Povos Indígenas e Segurança Pública.</p>	<p>Realizar defesa das lideranças indígenas do povo Pitaguary.</p> <p>Discutir junto à defensoria os parâmetros de atendimento ao público</p> <p>Promover e contribuir com a festa tradicional do Povo Jenipapo-Kanindé</p> <p>Acompanhar o momento de auto-organização das mulheres indígenas Tapeba.</p> <p>Acompanhar e assessorar juridicamente o movimento indígena na reunião.</p> <p>Acompanhar o momento político mais importante do movimento indígena do Brasil.</p> <p>Promover a cultura indígena por meio da exposição do artesanato</p> <p>Reconhecimento da luta dos povos indígenas do Ceará na preservação do meio-ambiente e da cultura dos povos originários.</p> <p>Discutir a respeito da segurança pública nas terras indígenas.</p>	<p>Conseguimos reverter à decisão que condenava as três lideranças do povo Pitaguary em absolvição de duas e redução de pena para outro.</p> <p>Debatemos a cerca dos atuais parâmetros utilizados pela defensoria, além de avaliarmos a proposta de nova avaliação sobre o caráter econômico individual para o atendimento junto a defensoria.</p> <p>Fortalecimento da cultura indígena e promoção das festas tradicionais dos povos indígenas do Ceará.</p> <p>Formação política da luta indígena no que se refere as lutas das mulheres bem como, o fomento de sua organização.</p> <p>Levantamento da demanda referente ao território dos povos indígenas do Ceará e a exigência da demarcação das terras indígenas.</p> <p>Avaliação da conjuntura para o movimento indígena a nível de Brasil e, seus efeitos para os povos indígenas do Ceará.</p> <p>Promoção da cultura artesanal dos povos indígenas para comunidade fortalezense.</p> <p>Pontuar as dificuldades que os povos indígenas enfrentam no estado e, também, o reconhecimento da luta dos povos na preservação e gestão do território.</p> <p>Encaminhamento para construção de um plano de ação que trate da segurança pública em terras indígenas e a viabilidade de uma ação conjunta entre as forças de</p>
---	--	---

			segurança.
2º. Semestre Julho a dezembro 2016	<p>Mobilização dos povos indígenas do Ceará contra os retrocessos na política indigenista com fechamento da BR 222.</p> <p>Ocupação do prédio FUNAI-Ceará convocada pela a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB</p> <p>Acompanhamento da liderança indígena Weibe Tapeba em audiência na justiça federal do Ceará.</p> <p>Herança Nativa.</p> <p>Lançamento do CONEEI (Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena)</p> <p>Marcha do Dia do índio Tapeba</p> <p>Festa da Carnaúba</p> <p>Na defesa do direito à vida e contra a violência sofrida pela juventude indígena do Ceará.</p> <p>Direito e Saúde: A interface do Serviço Social com o universo</p>	<p>Acompanhar e assessorar juridicamente o movimento indígena em manifestação contra os retrocessos no âmbito da política indigenista.</p> <p>Acompanhar o movimento indígena em sua jornada de mobilização nacional</p> <p>Acompanhar a liderança indígena Weibe Tapeba em audiência na justiça federal.</p> <p>Participar do Evento Herança Nativa que reúne as etnias indígenas do estado do Ceará em um momento de festa e troca de saberes</p> <p>Participar do lançamento da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.</p> <p>Reafirmar a luta do povo Tapeba no dia em que se comemora seu dia</p> <p>Comemorar a festa tradicional do povo Tapeba</p> <p>Contribuir com a discussão junto à juventude do movimento indígena.</p> <p>Apresentar as peculiaridades dos direitos</p>	<p>Garantimos o apoio jurídico necessário a manifestação dos povos indígenas.</p> <p>Acompanhar o movimento indígena em sua jornada de mobilização nacional</p> <p>Garantimos o apoio e acompanhamento jurídico à liderança Weibe Tapeba em ação que pede a reintegração de posse em terra indígena Tapeba.</p> <p>Possibilitou a troca de experiências entre os povos indígenas bem como se figurou em um momento de confraternização entre os povos.</p> <p>Acompanhamos o lançamento da II CONEEI, evento importante para o movimento indígena nacional.</p> <p>Reafirmação da luta do povo Tapeba, comemorando o dia desse povo de luta e resistente.</p> <p>Comemoração da tradicional festa da Carnaúba, promovendo a cultura e os festejos do povo Tapeba.</p> <p>Discutimos a importância da juventude na contribuição da luta bem como, falamos dos desafios dos jovens diante de um cenário de perpetração de violência contra esse segmento.</p> <p>Apresentamos as questões referentes aos povos indígenas</p>

	jurídico.	dos povos indígenas e suas relações no campo da saúde indígena.	como sujeitos de direito e da importância de o atendimento pelo Sistema Único de Saúde respeitar as particularidades étnicas e culturais dos povos originários.
	Seminário Mulheres Indígenas em Ação.	Fortalecer a organização das mulheres do movimento indígena do estado do Ceará	Eleição da nova diretoria da AMICE e análise das condições/contribuições políticas das mulheres indígenas.
	Seminário de Educação Indígena	Discutir a respeito dos avanços e desafios para a educação indígena do estado do Ceará	Fortalecimento da OPRINCE (Organização dos professores indígenas do Ceará), a necessidade de realização de um plano de cargos e carreiras para o magistério indígena.
	8ª Festa da Vida	Garantir a participação dos indígenas na 8ª Festa da Vida, festa organizada e produzidas pela Arquidiocese de Fortaleza.	Participação dos Tapeba na 8ª Festa da Vida, fortalecendo a parceria do movimento indígena com as pastorais sociais e organismos da Arquidiocese de Fortaleza.

1.2 PROJETO CONSTRUINDO AUTONOMIA PELO EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro a Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> Organização e realização de oficinas para formar e capacitar 120 PSR para o trabalho em 03 módulos: I-Formação para o trabalho; II - Formação em Economia Solidária; III-E em Direito Previdenciário; Realização de 01 seminário de consolidação de conceitos com a participação de 100 pessoas em situação de rua. Elaborar manual de economia solidária para população em situação de rua. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar e formar população em situação de rua para o empreendedorismo solidário a partir da capacitação para os direitos sociais, relações de trabalho e economia solidária. A partir das experiências desenvolvidas ao longo do projeto realizar um seminário para consolidar conceitos e organizar os grupos produtivos. 	<ul style="list-style-type: none"> 03 oficinas realizadas em três módulos. 01 seminário realizado.

	<ul style="list-style-type: none"> Encaminhar demandas da população em situação de rua para documentação(certidão de nascimento e RG), para atendimento jurídico através de parceria com a Defensoria Pública do Estado do Ceará, para políticas públicas de moradia, saúde e educação. 	<ul style="list-style-type: none"> Produzir cartilha com os conteúdos trabalhados ao longo do projeto para fomentar os grupos produtivos. Garantir ao longo do projeto o atendimento as necessidades básicas da população em situação de rua. 	<ul style="list-style-type: none"> Cartilha produzida. Demandas encaminhadas e parcerias firmadas com diversas instituições para atendimento regular para a população em situação de rua.
--	---	---	---

1.3 PROGRAMA DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS NO ESTADO DO CEARÁ – PROVITA/CE

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro a Dezembro	<p>Pré-Triagem das vítimas e testemunhas ameaçadas e seus familiares;</p> <p>Triagem das vítimas e testemunhas ameaçadas e seus familiares;</p> <p>Apresentação do caso ao Conselho Deliberativo;</p> <p>Acolhimento dos usuários;</p> <p>Acompanhamento aos usuários;</p> <p>Encontro familiar;</p> <p>Participação das vítimas e testemunhas em procedimento inquisitorial ou em juízo;</p> <p>Formalização e acompanhamento do convênio;</p> <p>Realização de planejamento das ações e atividades da equipe técnica do PROVITA-CE;</p> <p>Realização de avaliação das ações e atividades do PROVITA-CE;</p> <p>Participação das reuniões do</p>	<p>Contribuir com o enfrentamento a graves violações de direitos humanos, por meio do depoimento da testemunha/vítima junto ao Sistema de Justiça;</p> <p>Promover a segurança e o bem estar da pessoa protegida;</p> <p>Garantir a integridade física e psicologia da testemunha/vítima e seus familiares ameaçados;</p> <p>Proporcionar à pessoa protegida reinserção social em novo espaço territorial diverso do local da ameaça;</p> <p>Promover apoio ao exercício das obrigações civis e administrativas que exigirem comparecimento pessoal;</p> <p>Promover, de forma</p>	<p>50 vítimas e testemunhas e seus familiares de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal protegidos, conforme estabelecido pela Lei Federal 9.807/99, Lei Estadual nº 13.193/02, Decreto Federal nº 3.518/00 e Decreto Estadual nº 26.721/02. Vale salientar que a meta prevista era de 45 usuários, mas no período foram atendidos 50.</p>

	<p>Conselho Deliberativo do PROVITA-CE;</p> <p>Capacitação e Fortalecimento dos integrantes da Equipe Técnica do PROVITA-CE, bem como integrantes do Conselho Deliberativo e outros atores e agentes públicos envolvidos com o Programa de Proteção;</p> <p>Comunicação institucional do PROVITA-CE;</p> <p>Constituição e formalização de parcerias institucionais para garantia de acesso a políticas públicas sociais pelos usuários de forma segura.</p>	<p>segura, o acesso a direitos, inclusive à convivência familiar e comunitária.</p> <p>Garantir atendimento psicossocial e jurídico às vítimas e testemunhas ameaçadas e a sua família;</p> <p>Promover a formação da Equipe Técnica do PROVITA-CE e demais agentes envolvidos com o Programa de Proteção;</p> <p>Sistematizar informações, dados estatísticos em banco de dados com subsídio à proteção das vítimas e testemunhas ameaçadas;</p> <p>Fortalecer a institucionalidade e a estrutura do PROVITA-CE;</p> <p>Divulgar a política de proteção no Estado do Ceará.</p>	
--	--	--	--

1.4 PROGRAMA DE PROTEÇÃO A DEFENSORES/AS DE DIREITOS HUMANOS – PEPDDH

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
Janeiro a Dezembro	<p>Reuniões internas da equipe para planejamento e construção de metodologia de trabalho,</p> <p>Reuniões da Coordenação Estadual do Programa;</p> <p>Diligências junto à autoridades do Poder Público Municipal, Estadual e Federal;</p>	<p>Proceder em estudos de caso e encaminhamentos de questões relacionadas ao funcionamento do programa;</p> <p>Apresentar os casos atendidos pela equipe técnica do Programa;</p> <p>Realizar acompanhamento e proceder nos</p>	<p>Realizamos onze reuniões, nas quais procedemos em estudos de casos, planejamento e socialização de atividades realizadas pelo programa.</p> <p>Participamos de cinco reuniões de deliberação sobre os casos atendidos pelo programa.</p> <p>Foram realizadas trinta e oito visitas e três reuniões institucionais para</p>

	<p>Acompanhamento de termos circunstanciados de ocorrência, processos (judiciais, e/ou administrativos) e inquéritos policiais relacionados à atuação dos/as defensores de direitos humanos;</p> <p>Atendimento aos defensores de direitos humanos em situação de ameaça;</p> <p>Realização de oficinas de apresentação do programa na atuação em áreas temáticas;</p> <p>Participação em atividade entre as coordenações dos programas estaduais de proteção aos defensores de direitos humanos;</p> <p>Realização de seminários regionais no estado de Ceará</p>	<p>encaminhamentos acerca casos;</p> <p>Tratar de questões judiciais ou administrativas dos casos;</p> <p>Acompanhamento e apuração das denúncias de violações praticadas contra atuação dos defensores de direitos humanos;</p> <p>Fortalecimento da política de proteção aos defensores de direitos humanos e comunidades;</p> <p>Possibilitar uma troca de experiência entre as equipes estaduais do programa;</p> <p>Articular a rede proteção aos defensores de direitos humanos;</p>	<p>encaminhamentos de demandas dos casos acompanhados.</p> <p>Realizamos dezessete visitas institucionais junto à Justiça Federal, Ministério Público Federal, equipamentos das Polícias: Civil, Militar e Federal, dentre outras.</p> <p>Realizados sessenta e um atendimentos individuais aos defensores de direitos humanos para registro das ameaças, orientações e encaminhamentos das demandas apresentadas.</p> <p>Realizamos processos de formação temática em nove comunidades e três com atores sociais com atuação na promoção dos direitos humanos.</p> <p>Participamos de um encontro entre as equipes estaduais que ocorreu em Pernambuco.</p> <p>Dois seminários realizados nos municípios: Crato, Sobral, e Caucaia.</p>
--	--	--	--

2. Ações de Articulação e Controle na Sociedade em geral.

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
1º e 2º Semestre	Participação no Conselho Estadual de Direitos Humanos	A partir da constituição de um Conselho formado por representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais o Conselho Estadual de Direitos Humanos visa monitorar o cenário de direitos humanos no Ceará, acompanhando denúncias de violações aos direitos humanos e monitorando as políticas públicas de direitos humanos no Estado.	Encaminhamento de inúmeras denúncias aos direitos humanos, buscando o fortalecimento das políticas públicas.
	Participação no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – COEPIR	Acompanhar e participar na elaboração de critérios e parâmetros para formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade à população negra, indígenas, ciganos e outros segmentos étnicos da população cearense.	Análise de denúncias e de situações de vulnerabilidade, assegurando a formulação de políticas públicas que assegurem a igualdade racial e a dignidades das populações negras, indígenas, ciganas e outros segmentos étnicos de nossa população.
	Participação no Comitê Gestor do Termo de Acordo Tapeba	Comitê formado a partir de termo de acordo entre o povo Tapeba, a família Arruda, o governo do Estado do Ceará, o Ministério da Justiça e a Fundação Nacional do Índio. Tal comitê tem como função destravar o processo administrativo da Terra Tapeba garantindo a realização de mesa de diálogo e uma maior dignidade ao referido povo.	Cobrar de cada membro signatário do termo de acordo as providências a serem tomadas para a consecução dos objetivos do mesmo.
	Conselho Distrital de Saúde Indígena	Garantir o controle social nas políticas públicas de saúde indígena.	O CDPDH foi eleito no ano de 2016 para compor o CONDISI, garantindo assim a participação da sociedade civil no referido conselho que visa exercer

	Comissão de Educação Escolar Indígena	Órgão consultivo e de acompanhamento das políticas públicas de educação escolar indígena.	controle das políticas públicas de saúde. O maior resultado alcançado é a formalização da Comissão que deve ser criada a partir de decreto do Secretário de Educação do Estado do Ceará.
	Reuniões com Pastorais Sociais.	Reunião e articulação com as pastorais sociais, sobretudo com a Pastoral Afro da Arquidiocese de Fortaleza.	Seminário Quilombola na Semana da Consciência Negra.
	Encontro Povos do Mar	Participação no encontro que reúne povos e comunidades tradicionais do litoral cearense.	Promover as lutas e a produção artística e cultural dos povos do mar, divulgando as suas demandas e garantindo a proteção de suas vidas.

3. Ações Institucionais

Período	Atividades	Objetivos	Resultados
1º e 2º Semestre	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões sobre os projetos atuais, infra-estrutura do CDPDH e futuros projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar e monitorar os atuais projetos. Monitorar os projetos e Gestão Administrativa e Financeira do CDPDH. 	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento da equipe. Os projetos aprovados e/ou em execução: <ol style="list-style-type: none"> Direito dos Índios: Desafios e enfrentamentos no processo de fortalecimento jurídico-político; Construindo Autonomia pelo Empreendedorismo Solidário; Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado do Ceará – PROVITA/CE; Programa de Proteção a Defensores/as de Direitos

			Humanos – PEPDDH.
	Reunião com a Diretoria do CDPDH	Monitoramento das atividades do CDPDH	Maior vínculo entre diretoria e equipe técnica do CDPDH, colaborando no desenvolvimento das atividades.

Pe. Emílio Castelo

Pe. Emílio José Castelo Ferreira
Diretor do CDPDH